

# A Produção do Conhecimento Geográfico

## 2

Ingrid Aparecida Gomes  
(Organizadora)



 **Atena**  
Editora

Ano 2018

Ingrid Aparecida Gomes  
(Organizadora)

# A Produção do Conhecimento Geográfico 2

Atena Editora  
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

#### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P964 A produção do conhecimento geográfico 2 [recurso eletrônico] /  
Organizadora Ingrid Aparecida Gomes. – Ponta Grossa (PR):  
Atena Editora, 2018. – (A Produção do Conhecimento  
Geográfico; v. 2)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-85107-79-6

DOI 10.22533/at.ed.796181211

1. Ciências agrárias. 2. Percepção espacial. 3. Pesquisa agrária  
– Brasil. I. Gomes, Ingrid Aparecida. II. Série.

CDD 630

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de  
responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos  
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

A obra “*A Produção Do Conhecimento Geográfico*” aborda uma série de livros de publicação da Atena Editora, apresenta, em seus 22 capítulos, discussões de diversas abordagens da Geografia humana, com ênfase nos movimentos sociais.

A Geografia humana engloba, atualmente, alguns dos campos mais promissores em termos de pesquisas atuais. Esta ciência geográfica estuda as diversas relações existentes (sociais, gênero, econômicas e ambientais), no desenvolvimento cultural e social.

A percepção espacial possibilita a aquisição de conhecimentos e habilidades capazes de induzir mudanças de atitudes, resultando na construção de uma nova visão das relações do ser humano com o seu meio, e, portanto, gerando uma crescente demanda por profissionais atuantes nessas áreas.

A ideia moderna da Geografia humana, refere-se a um processo de mudança social geral, formulada no sentido positivo e natural, temporalmente progressivo e acumulativo, segue certas regras e etapas específicas e contínuas, de suposto caráter universal. Como se tem visto, a ideia não é só o termo descritivo de um processo, e sim um artefato mensurador e normalizador das sociedades, tais discussões não apenas mais fundadas em critérios de relação homem e meio, mas também são incluídos fatores como planejamento, gestão, inclusão, mobilidade.

Neste sentido, este volume dedicado a Geografia humana, apresenta artigos alinhados com a migração, imigração, movimentos sociais. A importância dos estudos geográficos dessa vertente, é notada no cerne da ciência geográfica, tendo em vista o volume de artigos publicados. Nota-se também uma preocupação dos geógrafos em desvendar a realidade dos espaços escolares.

Os organizadores da Atena Editora, agradecem especialmente os autores dos diversos capítulos apresentados, parabenizam a dedicação e esforço de cada um, os quais viabilizaram a construção dessa obra no viés da temática apresentada.

Por fim, desejamos que esta obra, fruto do esforço de muitos, seja seminal para todos que vierem a utilizá-la.

Ingrid Aparecida Gomes

## SUMÁRIO

### TERRITÓRIO E MOVIMENTOS SOCIAIS

|  |            |
|--|------------|
| <b>CAPÍTULO 1</b> .....  | <b>1</b>   |
| ATIVIDADES CRIATIVAS E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: MÚSICA, TERRITÓRIO E CRIATIVIDADE EM TATUÍ-SP  |            |
| <i>Gustavo da Silva Diniz</i><br><i>Auro Aparecido Mendes</i>  |            |
| <b>CAPÍTULO 2</b> .....  | <b>11</b>  |
| ESCOLAS OCUPADAS: CIDADANIA, PODER E TERRITÓRIO  |            |
| <i>Rafael Sá Rego de Azevedo</i>   |            |
| <b>CAPÍTULO 3</b> .....  | <b>43</b>  |
| ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL: ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS OU SISTEMAS TERRITORIAIS DE PRODUÇÃO?  |            |
| <i>Mariano de Matos Macedo</i><br><i>Wilhelm Milward Meiners</i>   |            |
| <b>CAPÍTULO 4</b> .....  | <b>53</b>  |
| GANGUE E TERRITORIALIDADES: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO DE PROCESSOS SOCIAIS E ESPAÇOS ENVOLVIDOS NA AÇÃO DE GANGUE EM MINAS GERAIS                           |            |
| <i>Antônio Hot Pereira de Faria</i><br><i>Diego Filipe Cordeiro Alves</i><br><i>Alexandre Magno Alves Diniz</i><br><i>Tomás Hilário Cardoso Ferreira</i> |            |
| <b>CAPÍTULO 5</b> .....  | <b>68</b>  |
| O DESCOROAMENTO DA PRINCESA DO SERTÃO: DE “CHÃO” A TERRITÓRIO, O “VAZIO” NO PROCESSO DA VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO  |            |
| <i>Nacelice Barbosa Freitas</i>  |            |
| <b>CAPÍTULO 6</b> .....  | <b>79</b>  |
| TERRITÓRIO E SAÚDE: REFLETINDO A REALIDADE AMAZÔNICA   |            |
| <i>Layla de Cassia Bezerra Bagata Menezes</i><br><i>Edna Ferreira Coelho Galvão</i>  |            |
| <b>CAPÍTULO 7</b> .....  | <b>89</b>  |
| A IMIGRAÇÃO BOLIVIANA NO BRASIL: UM OLHAR ALÉM DE SÃO PAULO  |            |
| <i>Romerito Valeriano da Silva</i><br><i>Daniela Martins Cunha</i>   |            |
| <b>CAPÍTULO 8</b> .....  | <b>101</b> |
| MIGRAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE TERRITÓRIO: OS DESCENDENTES DE POLONESES E UCRANIANOS NA ZONA DA MATA RONDONIENSE   |            |
| <i>Jania Maria de Paula</i>  |            |

|  |            |
|--|------------|
| <b>CAPÍTULO 9</b> .....  | <b>110</b> |
| REDES DA MIGRAÇÃO HAITIANA NO MATO GROSSO DO SUL<br><i>Alex Dias de Jesus</i>  |            |
| <b>CAPÍTULO 10</b> .....   | <b>120</b> |
| TRABALHO E MIGRAÇÃO: ANÁLISES SOBRE A POPULAÇÃO OCUPADA NO SETOR CALÇADISTA DO MUNICÍPIO DE NOVA SERRANA-MG<br><i>Luís Henrique Silva Ferreira</i><br><i>Andressa Virgínia de Faria</i><br><i>André Francisco de Brito Leite</i> |            |
| <b>CAPÍTULO 11</b> .....   | <b>136</b> |
| A TEORIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS DA CERVEJA NO BRASIL: A MATRIZ METODOLÓGICA COMO INSTRUMENTO PARA IDENTIFICAÇÃO DAS ÁREAS DE MAIOR PRODUÇÃO CERVEJEIRA NO BRASIL<br><i>Eduardo Fernandes Marcusso</i>                               |            |
| <b>CAPÍTULO 12</b> .....   | <b>147</b> |
| EFEITOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA SOBRE A MORTALIDADE INFANTIL NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO PARA DADOS EM PAINEL<br><i>Everlane Suane de Araújo da Silva</i><br><i>Neir Antunes Paes</i>                |            |
| <b>CAPÍTULO 13</b> .....   | <b>157</b> |
| GEOGRAFIA E ARTE: REPRESENTAÇÕES EM ALGUMAS PAISAGENS CABRALINAS<br><i>José Elías Pinheiro Neto</i><br><i>Lara Ferraz Rocha Pacheco</i>  |            |
| <b>CAPÍTULO 14</b> .....   | <b>167</b> |
| GESTÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA EM FRONTEIRA COMO PROGRAMA DE ESTADO E A INTERDEPENDÊNCIA DE ATORES<br><i>Sergio Flores de Campos</i>  |            |
| <b>CAPÍTULO 15</b> .....   | <b>179</b> |
| MEMÓRIA, CULTURA E RESILIÊNCIA NA COMPREENSÃO DA PAISAGEM DO PAMPA: CONTRIBUIÇÃO PARA UMA GEOGRAFIA INTEGRADORA<br><i>Adriano Severo Figueiró</i>  |            |
| <b>CAPÍTULO 16</b> .....   | <b>195</b> |
| PATRIMÔNIO MUNDIAL DA UNESCO NO BRASIL: O CASO DAS ILHAS OCEÂNICAS DE FERNANDO DE NORONHA E ATOL DAS ROCAS<br><i>Vanda de Claudino-Sales</i>   |            |
| <b>CAPÍTULO 17</b> .....   | <b>206</b> |
| UMA VIAGEM PELAS TERRAS DO SEM FIM EM BUSCA DA GEOGRAFICIDADE DA OBRA DE JORGE AMADO<br><i>Rita de Cássia Evangelista dos Santos</i>   |            |

|  |            |
|--|------------|
| <b>CAPÍTULO 18</b> .....   | <b>216</b> |
| PARENTALIDADES JOVENS, INVISÍVEIS E EXCLUÍDAS NO CENÁRIO DO “PRISON BOOM” BRASILEIRO: CARACTERÍSTICAS SÓCIO-DEMOGRÁFICAS DA POPULAÇÃO DE PAIS E MÃES ENCARCERADOS NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE, BRASIL – 2014 |            |
| <i>Rafael Andrés Urrego Posada</i>   |            |
| <i>Maria Carolina Tomás</i>  |            |
| <i>Dimitri Fazito de Almeida Rezende</i>   |            |
| <b>CAPÍTULO 19</b> .....   | <b>230</b> |
| ENSAIO SOBRE A ARCHÉ GEOGRÁFICA SOTEROPOLITANA   |            |
| <i>Daniel de Albuquerque Ribeiro</i>   |            |
| <b>CAPÍTULO 20</b> .....   | <b>240</b> |
| NO MOVIMENTOS DAS REDES, NAS REDES DE MOVIMENTOS E OS MOVIMENTOS NAS REDES: UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE OS MOVIMENTOS SOCIOESPACIAIS E MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS CAMPONESES E URBANOS NO BRASIL E NA ARGENTINA             |            |
| <i>José Sobreiro Filho</i>   |            |
| <b>CAPÍTULO 21</b> .....   | <b>251</b> |
| O LEGADO DOS MILAGRES DE SANTA PAULINA: A INTERRELAÇÃO E CONEXÃO RELIGIOSA DOS MUNICÍPIOS CATARINENSES DE NOVA TRENTO E IMBITUBA CONSTRUINDO UM OLHAR PELA FENOMENOLOGIA   |            |
| <i>Natália Carolina de Oliveira Vaz</i>  |            |
| <i>Sylvio Fausto Gil Filho</i>   |            |
| <b>CAPÍTULO 22</b> .....   | <b>262</b> |
| O SOM DA VIOLA “INVOCANO” UM SENTIMENTO TOPOFÍLICO CAIPIRA   |            |
| <i>Denis Rilk Malaquias</i>  |            |
| <b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....  | <b>273</b> |

## TERRITÓRIO E SAÚDE: REFLETINDO A REALIDADE AMAZÔNICA

**Layla de Cassia Bezerra Bagata Menezes**

Universidade Federal do Oeste do Pará - Pará

**Edna Ferreira Coelho Galvão**

Universidade do Estado do Pará e Universidade Federal do Oeste do Pará - Pará

**RESUMO:** O artigo discorre de forma sucinta sobre as condições de acesso à saúde no território Amazônico. Diante da dinâmica territorial amazônica e sua diversidade social, ambiental, econômica e cultural, faz-se importante levantar reflexões a cerca das necessidades de saúde da população e da implantação de políticas públicas de saúde efetivas e resolutivas, que sejam pensadas a partir da realidade ou “das realidades”, visto as múltiplas facetas encontrada no interior deste território. As políticas públicas de saúde encontram nas condições climáticas e geográficas barreiras para sua efetivação. Para enfrentar tais desafios, há que se considerar as alternativas de cada agrupamento humano para enfrentar as adversidades, como também é imprescindível que os profissionais de saúde sejam conhecedores das particularidades desta região e de sua população, para que possam contribuam com tais discussões.

**PALAVRAS-CHAVE:** Território; Saúde; Amazônia

**ABSTRACT:** The article briefly describes the conditions of access to health in the Amazonian territory. In view of the Amazonian territorial dynamics and its social, environmental, economic and cultural diversity, it is important to reflect on the health needs of the population and the implementation of effective and resolute public health policies that are based on reality or “Of the realities”, considering the multiple facets found within this territory. Public health policies find in climatic and geographical conditions barriers to its implementation. In order to face these challenges, it is necessary to consider the alternatives of each human group to face adversities, but it is also essential that health professionals be knowledgeable about the particularities of this region and its population, so that they can contribute to such discussions.

**KEY-WORDS:** Territory; Cheers; Amazon

### 1 | INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa introduzir, de forma sucinta, as condições de acesso à saúde no território Amazônico. Para tanto, busca-se inicialmente a compreensão da conceituação de território, pois como é expresso por Santos (2008) é um dos conceitos mais utilizados no processo de reorientação do modelo assistencial da saúde pública brasileira advinda



da Constituição Federal de 1988 foi o de território.

Diante da dinâmica territorial amazônica e sua diversidade social, ambiental, econômica e cultural, faz-se importante levantar reflexões a cerca das necessidades de saúde da população e da implantação de políticas públicas de saúde efetivas e resolutivas, que sejam pensadas a partir da realidade ou “das realidades”, visto as múltiplas facetas encontrada no interior deste território, amazônica (s).

Ao se falar em Amazônia, especificidades sociais e ambientais que cercam nosso território são por vezes determinantes para definir como a assistência a saúde será prestada de forma resolutiva e integral. Dentre tais especificidades destacamos: cheia e vazante dos rios, alagamentos, transporte e acesso a determinadas regiões, terras caídas, conflitos agrários e ambientais, dimensões territoriais, dentre outros.

Diante de tal dinâmica territorial e diversidade social, ambiental, econômica e cultural, o favorecimento da discussão de tais temáticas permite o fortalecimento e adequação das políticas públicas de promoção e assistência à saúde às realidades e necessidades das populações.

## 2 | DESENVOLVIMENTO

### 2.1 Território e a dinâmica territorial da Amazônia

Há diferentes formas de compreender e conceituar território, Gottmann (2012) destaca seu caráter político e geográfico ao afirmar que:

Território é uma porção do espaço geográfico que coincide com a extensão espacial da jurisdição de um governo. Ele é o recipiente físico e o suporte do corpo político organizado sob uma estrutura de governo. Descreve a arena espacial do sistema político desenvolvido em um Estado nacional ou uma parte deste que é dotada de certa autonomia. Ele também serve para descrever as posições no espaço das várias unidades participantes de qualquer sistema de relações internacionais. Podemos, portanto, considerar o território como uma conexão ideal entre espaço e política. Uma vez que a distribuição territorial das várias formas de poder político se transformou profundamente ao longo da história, o território também serve como uma expressão dos relacionamentos entre tempo e política (GOTTMANN, 2012, p.523).

Para Santos (2005) vivemos com uma noção de território herdada da modernidade, é seu uso que faz dele objeto de análise social, trata-se portando de uma forma impura, um híbrido, que carece de constante revisão histórica. Para este autor o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado. Desse modo, o território precede o espaço. Segundo o autor, o território vai além da categoria de região, funciona através de horizontalidades e verticalidades. As horizontalidades seriam lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial, enquanto que as verticalidades são pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas e processos sociais. Essas duas realidades resultam em novo funcionamento do território.

Por outro lado, compreende-se que o território se forma a partir do espaço, é resultado da ação conduzida por um ator sintagmático em qualquer nível, sendo, portanto o espaço da prática. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator territorializa o espaço. Em graus diversos, em momentos diferentes e em lugares variados, somos todos atores sintagmáticos que produzem “territórios” (BECKER, 2010; RAFFESTIN, 1993).

De acordo com Monken et al (2008) as duas posições anteriormente citadas são aparentemente contraditórias, no entanto, ambas ressaltam “o poder” como elemento chave na definição de territórios. Ainda segundo os autores, os diferentes territórios existentes seriam expressões de diferentes territorialidades, variáveis de acordo com contextos históricos e sociais, e o conceito de territorialidade permite vislumbrar formas de criação de territórios anteriormente não considerados pelos estudos geográficos.

A territorialidade humana, de acordo com Sack (1986) é uma tentativa de um indivíduo ou grupo influenciar, afetar ou controlar objetos, pessoas e relações delimitando e afirmando o controle sobre uma área geográfica. Esta área é o território.

Compreende-se, portanto, que o território possui múltiplas abordagens, seja enquanto espaço delimitado, usado, político e permeado por relações de poder. Nenhuma das definições abordadas abarca a totalidade do que é território, mas de certo modo, ao analisarmos todas conjuntamente (“um híbrido”) há uma completude conceitual que por hora irá nos permitir prosseguir na proposta deste artigo. Porém, é preciso ressaltar que essa conceituação possivelmente mudará com o tempo, pois como destacamos anteriormente na fala de Milton Santos, carece de constante revisão histórica.

O território amazônico teve seu processo de elaboração da rede urbana, organizado por Correa (1987) em períodos. O período inicial é marcado pela implantação da cidade de Belém e o início da conquista do território. Um segundo período é caracterizado pela expansão dos fortes e criação de aldeias missionárias nos séculos XVII e XVIII. O terceiro e curto período é marcado pelo desenvolvimento econômico e urbano sob a égide da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão. Um quarto período marca a estagnação econômica e urbana que foi do século XVIII à metade do século XIX. O boom da borracha marca o quinto período, com uma intensa expansão e riqueza. O sexto período marca uma segunda estagnação após a crise da borracha de 1920 a 1960. E um sétimo período se inicia em 1960.

A dinâmica territorial da Amazônia sofre constantes modificações desde a formação do moderno aparelho de Estado e sua intervenção na economia e no território, fato que acelerou e tornou contínuo o processo de ocupação da Amazônia, planejado por Getúlio Vargas e acelerado por meio de ações efetivas do governo de Juscelino Kubitchek. Entre 1967 e 1982 o Brasil alterou sua posição na estrutura da economia-mundo como uma potência regional, o Estado tomou para si a iniciativa de um novo e ordenado ciclo de devassamento amazônico, num projeto geopolítico para a modernidade acelerada da sociedade e do território. A ocupação da Amazônia

teve prioridade nesse projeto, primeiro por ser percebida como uma solução para as tensões sociais decorrentes da expulsão de pequenos produtores do Nordeste e do Sudeste pela modernização da agricultura, mas também pela possibilidade de se desenvolverem focos revolucionários neste território (BECKER, 1997; 2001).

A partir da década de 1980 houve uma profunda mudança na política territorial brasileira que resultou na inclusão da variável ambiental nos discursos e definições de políticas. A bandeira do desenvolvimento sustentável muda radicalmente a posição dos organismos financiadores internacionais. As organizações não governamentais e os sindicatos organizados em redes de solidariedade despontam como atores de peso associados ao vetor ecológico, sobretudo na Amazônia e disseminam conflitos entre projetos desenvolvimentistas e os de preservação. (BECKER, 1997; VIANA ET AL, 2007)

Toda essa transformação geográfica e social que aconteceu na Amazônia, a partir da década de 1930, resultou na realidade presente hoje neste território. A Amazônia tida por muito tempo como espaço desabitado foi e é cenário de constantes modificações e conflitos, esta possui uma dinâmica territorial complexa e distinta.

Ao tratar da ocupação do espaço amazônico dois padrões de organização são observados: o padrão rio-várzea-floresta e o padrão estrada-terra-firme-subsolo. O padrão rio-várzea-floresta tem no rio seu eixo de circulação e ocupação do território, esse padrão caracteriza a ocupação do espaço amazônico paraense. No padrão estrada-terra-firme-subsolo, as estradas são os meios de integração territorial, mecanismos de ocupação e veículo de acesso aos recursos minerais presentes no subsolo, e aos recursos madeireiros, agrícolas e pecuários (SANTOS, 2011).

Esses diferentes padrões de ocupação, marcam formas distintas de organização que requerem diferentes olhares na elaboração de políticas públicas, pois determinam modos de vida e organização social, que apesar de estarem situados no mesmo território, são diferentes. Portanto, ao se pensar em Amazônia tem-se que levar em consideração seus diferentes cenários e contextos.

Segundo Viana et al (2007) a dinâmica territorial atual é marcada pelo ciclo pecuária-desflorestamento-madeira, conflitos sociais, grilagem de terras, extração ilegal da madeira, queimadas e agricultura da soja destinada à exportação. Acrescentamos também a implantação de hidroelétricas. Os autores também destacam conflitos ligados a atividades ilícitas e imigrações ilegais nas áreas de fronteiras internacionais, duas metrópoles que atraem um grande contingente populacional, além de espaços com baixos dinamismos econômicos.

Albuquerque et al (2010) usando a ideia de situação geográfica, proposta por Maria Laura Silveira, buscam definir as situações geográficas na Amazônia na perspectiva de dar visibilidade à dinâmica territorial existente nesta região. Segundo os autores a caracterização das situações geográficas foi elaborada considerando aspectos como: fluidez territorial, especialização produtiva dos lugares, normas de regulação, urbanização e (des) metropolização, mobilidade populacional e conflitos

de interesses. A partir disso foram definidas pelos autores as seguintes situações geográficas na Amazônia Legal:

1. Usos corporativos do território;
2. Fronteira de difusão dos usos corporativos do território;
3. Usos conservacionistas;
4. Áreas de fronteiras internacionais;
5. Metropolização;
6. Espaços opacos.

Toda essa dinâmica territorial traz elementos importantes para esclarecer os diferentes usos do território amazônico, que repercutem de diversos aspectos da vida das populações que habitam este espaço, inclusive na saúde.

## 2.2 Saúde na Amazônia

A partir da compreensão de território para além de delimitações geográficas, mas também como lugar dinâmico, que produz novas realidades, modos de vida e subjetividades, adentramos na saúde das populações amazônicas, que vivenciam cotidianamente as peculiaridades deste território, suas horizontalidades e verticalidades.

Segundo Monken et al (2008) atualmente chama a atenção a emergência do interesse pela categoria território como nova variante da aproximação histórica entre geografia e saúde. Para este autor, o território quando abordado no âmbito da saúde coletiva são produções coletivas, com materialidade histórica e social e configurações espaciais singulares, compatíveis com a organização político-administrativa e institucional.

Historicamente os sistemas universais de proteção social em saúde foram pensados e implantados em países com poucas desigualdades, o que destoava da realidade brasileira, que apresenta um sistema de saúde universal em um território marcado por desigualdades (ALBUQUERQUE, 2010). A compreensão do território e sua territorialidade contribuem para superar obstáculos e revelar possibilidades de constituição de um sistema mais fortalecido e efetivo.

Segundo Silva (2006) qualquer viajante na Amazônia percebe facilmente as grandes disparidades em termos de acesso aos serviços básicos de atendimento de saúde entre áreas urbanas e rurais da região. Ao tratar as dimensões geográficas do território amazônico o autor afirma que “na Amazônia cabe quase o mundo inteiro”.

As grandes dimensões territoriais são um dos obstáculos presentes no acesso à saúde da população Amazônica, as distâncias das capitais ou cidades com melhores recursos de saúde e comunidades tradicionais (áreas urbanas e rurais) exigem um modelo assistencial diferenciado, principalmente em situações emergenciais em que a rapidez no atendimento é determinante para garantir o restabelecimento da saúde. Nesse contexto temos as “ambulanchas” que são lanchas destinadas a atendimentos

de primeiros socorros e transporte de pacientes, e o barco-hospital, que visam facilitar o acesso da saúde às comunidades das regiões de rios.

Sousa e Almeida (2010) também abordam sobre os impactos da enchente e vazante dos rios nas regiões de várzea (Planície inundável de depósitos holocênicos, diferindo da terra firme, que são proporções mais elevadas nunca inundadas pelo rio) da Amazônia, os autores afirmam que os impactos naturais resultantes das mudanças climáticas refletem nessa dinâmica enchente e vazante. Eles ressaltam ainda que a vazante deixa rios apenas com filetes de água e as enchentes chegam a destruir residências.

A partir disso é possível compreender que em regiões onde o único meio de transporte usado é a navegação este é dificultado durante as vazantes, fato que pode influenciar diretamente no acesso à saúde das populações, além de prejudicar a produção agrícola, criação de animais e pesca (SOUSA E ALMEIDA, 2010), fatores que refletem de diferentes maneiras na saúde e qualidade de vida. As enchentes além de propiciarem doenças de veiculação hídrica (CONFALONIERE, 2005), causam grande impacto social e econômico devido a destruição das casas pelos alagamentos e fenômeno terra caída (Ablação das margens dos rios) (SOUSA E ALMEIDA, 2010). Em situações emergenciais o deslocamento de “ambulanchas” ou dos comunitários até as cidades em busca de atendimento, fica comprometido principalmente na vazante.

Como é possível observar a Amazônia brasileira possui características ambientais e sociais que diferem do restante do país. Confaloniere (2005) afirma que essas características são relevantes para a determinação dos quadros epidemiológicos e com implicações para a assistência à saúde. O autor destaca os aspectos geográficos e ecológicos: a escala espacial dos fenômenos; a extensão territorial e as vias de acesso predominantemente fluviais e a grande diversidade biológica e social. Ele afirma ainda que a Amazônia brasileira possui uma área total de ambientes aquáticos que chega a 300 mil km<sup>2</sup>, um aspecto relevante no que diz respeito a alguns processos infecciosos de veiculação hídrica (cólera e gastroenterites microbianas), a água também é determinante enquanto local de proliferação de insetos vetores de doenças.

Confaloniere (2005) e Confaloniere et al (2014) também destacam as interações entre atmosfera e a floresta, o clima em geral quente e úmido e seu importante papel na regulação de processos biológicos, principalmente relacionado às doenças infecciosas. A grande diversidade biológica que aumenta os riscos de emergência de processos infecciosos novos devido a diversidade de espécies animais. Esses autores revelam que aspectos demográficos importantes como a baixa densidade demográfica, alto índice de migração, alta concentração urbana nas capitais dos estados, a existência de um grande contingente de populações tradicionais (índios, ribeirinhos, seringueiros, quilombolas etc), bem como a expansão para áreas de floresta resultando na exposição de pessoas e animais domésticos imunologicamente indefesos a agentes patogênicos que estão naturalmente presentes na floresta.

Dentre as mudanças ambientais e sócio demográficas que ocorreram e ocorrem

na Amazônia destacam-se a abertura de novas estradas, mineração industrial, extração de petróleo, agricultura, pecuária, construção de usinas hidroelétricas, exploração madeireira e expansão urbana. Tais transformações levam a contaminação da água por mercúrio e agentes microbianos; a fumaça decorrente de queimadas pós-desmatamento ocasiona afecções respiratórias; a alteração dos ciclos hidrológicos leva a proliferação de mosquitos (CONFALONIERE, 2000; CONFALONIERE ET AL, 2014).

O território amazônico também é marcado por conflitos sociais que tem como pano de fundo as políticas de desenvolvimento e de uso dos recursos naturais que desprezam as potencialidades e desconhecem a resiliência ambiental e a sustentabilidade ecológica da Amazônia; não beneficiam as comunidades tradicionais nem a distribuição de renda e não se preocupam com os riscos para a saúde. Isso ocorre tanto por iniciativa governamental por meio da implantação de grandes obras de infraestrutura (rodovias, hidroelétricas etc) e industriais (mineração), incentivos à pecuária, além de atividades extrativistas espontâneas, como o garimpo, a pesca, a extração de madeira e etc (CONFALONIERE, 2005).

Todas as transformações que acontecem no território amazônico são resultados da expansão do capital que por meio de uma intensa modernização e sob um discurso desenvolvimentista transforma o espaço.

O capital constante que, antes, era um apanágio das cidades, sobretudo naquelas onde se concentrava a produção industrial passa, também, a caracterizar o próprio campo, na forma de implementos, fertilizantes e inseticidas, máquinas e sementes selecionadas. Esse capital constante fixo ou localizado chega, aliás, a toda parte apoiado pela expansão da rede de estradas de ferro e de rodagem que vão assegurar uma circulação mais rápida e relativamente mais barata (...) Tudo isso se dá em um quadro de vida onde as condições ambientais são ultrajadas, com agravos à saúde física e mental das populações (SANTOS, 1988 p. 16).

O desflorestamento, desterritorialização, inchaço urbano nas capitais, conflitos socioambientais, desrespeito aos direitos da população que vive na floresta, disputas agrárias, fazem parte do cotidiano do território amazônico e em conjunto com os demais aspectos sociodemográficos e ambientais, anteriormente abordados, influenciam diretamente na situação de saúde da população. Evidencia-se, também, um modelo centralizador de ocupação, organização e distribuição de renda que resulta em modelos centralizadores de assistência à saúde, gerando sobrecarga de atendimentos em hospitais de determinadas cidades, com recursos financeiros e humanos inadequados.

Confaloniere (2005) usa a classificação de macropaisagens nosológicas da Amazônia com o objetivo de sistematizar o entendimento dos processos de transformação ambiental da região e a conseqüente transição dos perfis epidemiológicos das populações, a partir da aplicação de um modelo conceitual. O autor propõe três categorias principais: paisagens naturais, paisagens antropizadas e paisagens construídas.

Na paisagem natural evidenciam-se as doenças infecciosas e parasitárias

(Infecções focais), decorrente da exposição a insetos hematófagos ou urticantes, ingestão de carne de espécies silvestres, ou ainda contato direto com o solo e vegetação e intoxicação por animais peçonhentos. As comunidades tradicionais são os grupos populacionais em risco (CONFALONIERE, 2005).

Bôas e Oliveira (2016) dão ênfase para o cenário ribeirinho afirmando que esse enfrenta dificuldades relacionadas à precariedade de ações das políticas públicas, incluindo a falta de acesso aos serviços públicos essenciais, como educação e saúde. As autoras afirmam ainda que na Amazônia brasileira a falta de equidade condiciona deficiências maiores na prestação de serviços, contribuindo para uma cobertura de saúde limitada, em torno de 20%, a mais baixa comparada às demais regiões do país.

Ao abordar a paisagem antropizada, Confaloniere (2005) afirma que os riscos e agravos presentes estão relacionados as transformações mais intensas da paisagem natural amazônica, decorrente da abertura de estradas, garimpos, pecuária e agricultura, exploração madeireira, construção de barragens etc. Os grupos populacionais envolvidos são migrantes oriundos de outros estados brasileiros, sem experiência com o ambiente e a cultura amazônica. Estes estão expostos às infecções focais, mas também atuam como introdutores de patógenos não naturais da região, como a esquistossomose, leishmaniose visceral e DST.

Nas paisagens construídas encontram-se populações urbanas, principalmente as das capitais e aquelas vinculadas a grandes projetos de infraestrutura. O ambiente possui transformações radicais do meio natural, o que deixa a população menos exposta a riscos de infecções focais, no entanto, tendem a ter uma maior incidência de doenças crônicas, endócrinas, neoplásicas e infecções decorrentes do saneamento deficiente, além da ocorrência de violências, acidentes e efeitos da poluição atmosférica e sonora (CONFALONIERE, 2005).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O território amazônico comporta diferentes e, por vezes, contraditórias realidades, principalmente a partir dos modos de ocupação e exploração, que exigem ações específicas, mas também imersão nessa realidade territorial para uma compreensão que gere articulações efetivas, de modo a garantir o acesso à saúde, principalmente nas regiões mais remotas e de difícil acesso do nosso território.

Os quadros infecciosos e parasitários ainda constituem relevantes processos de adoecimento e exigem atenção diferenciada, porém, as constantes modificações territoriais, principalmente a implantação de grandes empreendimentos, assim como os conflitos socioambientais, geram novos problemas de saúde pública, cuja identificação e contextualização precisam ser consideradas na elaboração de políticas públicas de saúde. Não somente para garantir a saúde da população que vive na Amazônia, mas também para assegurar uma série de direitos que constantemente são ameaçados.

Destaca-se também a necessidade das universidades darem ênfase para a

contextualização da saúde na Amazônia, a fim de formar profissionais da saúde que saibam reconhecer e valorizar as particularidades aqui presentes, bem como fomentar discussões que visem analisar a relação meio ambiente, sociedade e saúde de forma crítica e olhar atento para com os direitos das populações tradicionais da Amazônia.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, M. ET AL; **Território e saúde**: desafios de uma política regional para a Amazônia Legal. In: VI Semana de Geografia da Unicamp. Anais. Campinas, 2010. Disponível em: <http://www.ige.unicamp.br/cact/semana2010>.
- BECKER, B. K. **Tendências de Transformação do Território no Brasil**: Vetores e circuitos. *Revista Território*, 1(2), 1997.
- BECKER, B. K. **Revisão das Políticas de Ocupação da Amazônia**: é possível identificar modelos para projetar cenários?. *Parcerias Estratégicas*, n.12, 2001.
- BECKER, B. K. **Novas territorialidades na Amazônia**: desafio às políticas públicas. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, v. 5, n.1, p. 17-23, 2010.
- BOAS, L. M. S. V.; OLIVEIRA, D. C. **A Saúde nas Comunidades Ribeirinhas da Região Norte Brasileira**: revisão sistemática da literatura. *Atas CIAIQ. Investigação Qualitativa em Saúde*, v.2, 2016.
- CONFALONIERI, U.E.C. **Environmental change and human health in the Brazilian Amazon**. *Global Change Hum. Health* 1 (2), 174–183, 2000.
- CONFALONIERI, U.E.C. **Saúde na Amazônia**: um modelo conceitual de paisagens e doenças. *Estudos Avançados* 19 (53), 221–236, 2005.
- CONFALONIERE, U. E. C.; MARGONARI, C.; QUINTÃO, A. F. **Environmental change and the dynamics of parasitic diseases in the Amazon**. *Acta Tropica* 129. p. 33-41, 2014.
- CORRÊA, R. L. **A periodização da rede urbana da Amazônia**. In: *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 4, n.3, p. 39-68, jul./set. 1987.
- FRAXE, T. J. P.; PEREIRA, H. S.; WITKOSKI, A. C. **Comunidades ribeirinhas amazônicas**: modos de vida e uso dos recursos naturais. Manaus: EDUA, 2007.
- GOTTMANN, J. **A evolução do conceito de território**. *Boletim Campineiro de Geografia*, v.2, n.3, 2012.
- MONKEN, M. ET AL. **O território em saúde**: construindo referências para análises em saúde e ambiente. In: Miranda AC, Barcellos C, Moreira JC, Monken M, organizadores. **Território, Ambiente e Saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2008. p. 23-41.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução: Maria Cecília França. São Paulo: Editora Ática, 1993. 269p. (Série Temas).
- SACK, R. D. **Human Territoriality**: its Theory and History. Cambridge: *Cambridge University Press*, 1986.
- SANTOS, A. A. **Lugar e território**. O sistema de saúde brasileiro, a geografia e a promoção da saúde.



SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado, fundamentos teórico e metodológico da geografia**. Hucitec. São Paulo, 1988.

SANTOS, M. **O retorno do território**. In: OSAL - Observatório Social de América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2005. 261 p.

SANTOS, V. B. **Desigualdades regionais e dinâmicas territoriais na Amazônia Paraense**. In: XIV Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional - ANPUR. Quem planeja o território? Atores, arena, estratégias. Rio de Janeiro, 2011.

SILVA, H. P. **A Saúde humana e a Amazônia no século XXI**: Reflexões sobre os objetivos do Milênio. *Nov. Cad. NAEA/UFPA*, v. 9, n. 1, p. 77-94, 2006.

SOUSA, J. C. R.; ALMEIDA, R. A. **Vazante e enchente na Amazônia brasileira**: impactos ambientais, sociais e econômicos. VI Seminário Latino – Americano de Geografia Física. II Seminário Ibero-Americano de Geografia Física. Universidade de Coimbra, 2010.

VIANA, A. L. ET AL. **Sistema de saúde universal e território**: desafios de uma política regional para a Amazônia Legal. *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 23, p. 5117-5131, 2007.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-85107-79-6

